



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO EDITAL

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado com o objetivo de determinar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação, assegurando a viabilidade técnica, a avaliação do custo dos serviços, a definição de métodos e prazos, bem como orientar a execução e a fiscalização do contrato.

1.2. A contratação será realizada através de licitação, na modalidade de PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, combinado com o Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

1.3. Os serviços de Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **legenda** para surdos e ensurdecidos (LSE) e **audiodescrição** (AD), em manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE-MS), dentro do Estado do Mato Grosso do Sul, nas modalidades: AO VIVO NÃO-PRESENCIAL (gravado e reproduzido simultaneamente); GRAVADO PREVIAMENTE e IMAGENS ESTÁTICAS para o serviço de AUDIODESCRIÇÃO e nas modalidades: AO VIVO NÃO-PRESENCIAL (gravado e reproduzido simultaneamente) e GRAVADO PREVIAMENTE para o serviço de LEGENDA.

CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA

2.1. A Contratação dos serviços de legenda para surdos e ensurdecidos e audiodescrição se justifica para suprir a necessidade administrativa de promoção ampla e irrestrita da acessibilidade de deficientes auditivos e visual às ações, informações, decisões e julgamentos dos processos que tramitam neste TRE/MS, assegurando o direito de todos à informação. Garantir a plena inclusão das pessoas com deficiência, removendo qualquer barreira de comunicação entre estas e a instituição e estar em sintonia com as legislações vigentes sobre acessibilidade e inclusão, consoante normas abaixo transcritas:

- [Resolução TSE Nº 23.381, de 19 de junho de 2012](#) que institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- [Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021](#), do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;
- [Lei Federal nº 13.146 de 6 de julho de 2015](#) que instituiu a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;
- [Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas](#), alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS nº 10 e 16;

2.2. Ademais, a necessidade da presente contratação decorre do SEI nº. 0002203-17.2021.6.12.8000, que busca dar cumprimento aos quesitos de acessibilidade no sítio da internet do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, determinados no Ranking da Transparência, instituído pela Portaria 20/2020 do CNJ e a complementação dos serviços de tradução em libras contratados nos autos 0004039-25.2021.6.12.8000.

CAPÍTULO III – OBJETO E DO PREÇOS MÁXIMOS

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de:

3.1.1. **Legendas para surdos e ensurdecidos (LSE):** serviço de transcrição com utilização de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva, que desconhecem a Língua Brasileira de Sinais – Libras, devendo observar os requisitos da ABNT NBR 15290 - Acessibilidade em comunicação na televisão, no que couber.

3.1.2. **Audiodescrição (AD):** serviço prestado por profissionais habilitados com utilização de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, visando a narração, em língua portuguesa, sincronizada com o som original, contendo descrições de sons, de elementos visuais e de quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão por pessoas com deficiência visual, devendo observar os requisitos da ABNT NBR 16452 - Acessibilidade em Comunicação – Audiodescrição.

3.2. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

3.3. Os serviços são comuns, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. A quantidade estimada e valores máximos admitidos constam da tabela abaixo:

GRUPO	ITENS	SERVIÇO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE (24 meses)	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	1	Serviços de Legendas para Surdos e Ensurdidos (LSE) - Eventos gravados previamente	27928	minuto	2.350	43,59	R\$ 102.436,50
	2	Serviços de Legendas para Surdos e Esurdidos (LSE) - Eventos ao vivo - não presencial	27928	hora	60	226,39	R\$ 13.583,40

3	Serviços de Audiodescrição (AD) - Imagens estáticas	27928	unidade	150	65,45	R\$ 9.817,50
4	Serviços de Audiodescrição (AD) - Eventos gravados previamente	27928	minuto	2.350	65,45	R\$ 153.807,50
5	Serviços de Audiodescrição (AD) - Eventos ao vivo - não presencial	27928	hora	60	390,01	R\$ 23.400,60
VALOR GLOBAL MÁXIMO PARA O GRUPO 1						R\$ 303.045,50
Intervalo Mínimo entre os lances a ser aplicado sobre o valor total de cada item						10,00

3.5. O quantitativo indicado na tabela acima representa tão somente uma estimativa para **24 (vinte e quatro) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo o TRE/MS, de acordo com sua demanda, requerer mais ou menos horas.

3.6. O regime de execução da contratação será empreitada por Preço Unitário.

3.7. Os serviços serão prestados por MINUTO, para conteúdo audiovisual, por UNIDADE, para imagens estáticas e por HORA, para eventos, considerando o tempo de realização simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada.

3.7.1. A forma de remuneração da contratada será de acordo com a prestação do serviço demandado:

3.71.1. Eventos: EVENTOS GRAVADOS PREVIAMENTE (minutos); EVENTOS AO VIVO - NÃO PRESENCIAL (hora de prestação de serviço simultânea) e imagens estáticas (unidade).

3.8. O valor mínimo de pagamento para os eventos gravados previamente será de 1 (um) minuto, ou seja, o primeiro minuto será pago de forma integral. A partir do 2º (segundo) minuto, o cálculo será feito pelo serviço efetivamente prestado.

3.8.1. Para os eventos ao vivo não presencial, a remuneração mínima será de 1 (uma) hora, ou seja, a primeira hora será paga de forma integral e as horas fracionadas serão pagas de forma fixa, em períodos mínimos de 30 (trinta) minutos.

3.9. O serviço será executado sob demanda, de acordo com as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, mediante emissão de Ordem de Serviço, elaborada pela fiscalização e encaminhada à contratada por e-mail.

3.9.1 A Ordem de Serviços (OS), que deverá indicar, no mínimo:

3.9.1.1. Dia(s), Mês e Ano da prestação dos serviços;

3.9.1.2. Descrição do arquivo a ser audiodescrito e legendado;

3.9.1.3. Tempo estimado da prestação dos serviços.

3.9.2. Para os eventos ao vivo não presencial (reproduzido simultaneamente), a Ordem de Serviços (OS) deverá conter também:

3.9.2.1. Hora prevista para início e término da prestação dos serviços;

3.9.2.2. Local/endereço detalhado da prestação dos serviços; e

3.9.2.2. Servidor do TRE/MS responsável pelo evento e posterior ateste da prestação do serviço.

3.9.3. A Ordem de Serviço será encaminhada pela fiscalização, acompanhada do arquivo com imagem/vídeo no qual deverá ser incluída a audiodescrição e legendas.

3.10. A requisição dos serviços em eventos transmitidos ao vivo será comunicada à CONTRATADA com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento.

3.10.1. Na ocorrência de cancelamento do evento, a fiscalização deverá informar à Contratada, no mínimo, 6 (duas) horas de antecedência do início do evento, por meio eletrônico, preferencialmente e-mail.

3.10.2. Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 6 (seis) horas do seu início, as despesas incorridas pela CONTRATADA serão pagas, desde que devidamente comprovadas.

3.11. A Contratada enviará, quando da assinatura do contrato, relação contendo o nome, o número do RG e do CPF e a comprovação da qualificação de cada um dos profissionais que colocará à disposição da CONTRATANTE para a execução dos serviços, conforme Capítulo V deste Termo de Referência.

3.12. O valor do serviço deverá contemplar a cessão de uso da imagem e da voz.

3.13. Os serviços serão prestados de forma remota, em qualquer dia da semana e feriados, conforme solicitação.

3.14. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço:

3.14.1. Para imagens estáticas, o prazo máximo para entrega dos serviços será de 4 (quatro) horas;

3.14.2. Para vídeos de até 1 (um) minuto de duração, o prazo máximo para entrega dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas;

3.14.3. Para vídeos com mais de 1 (um) minuto de duração, o prazo previsto na cláusula 3.14.2 será acrescida 1 (uma) hora a cada 1 (um) minuto de vídeo, para a devolução do material à fiscalização.

3.14.4. Para eventos ao vivo não presencial (reproduzido simultaneamente), os serviços devem ser realizados simultaneamente.

3.15. Quando da ocorrência de eventuais imperfeições, deficiências, em desacordo com as normas legais ou em desconformidade com os padrões técnicos vigentes no curso da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá ser notificada, por escrito, com prazo fixado para sua correção, que não poderá ultrapassar 12 (doze) horas, a contar da notificação.

3.16. A depender da complexidade do serviço o fiscal do contrato poderá estipular prazo maior para a correção dos serviços.

3.17. A CONTRATADA deverá autorizar o uso de imagem e voz para, todos os profissionais que executarão os serviços, conforme o ANEXO III - MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ.

3.18. O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão da CONTRATANTE, podendo este distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

3.18.1. Os direitos autorais dos produtos gerados serão do órgão, ficando proibida sua utilização por parte da CONTRATADA sem que exista autorização formal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

3.19. O serviço realizado no período das 22h às 5h será acrescido o percentual de 20% (vinte por cento) dos valores pactuados em contrato, a título de adicional noturno, devendo a CONTRATADA repassar o correspondente ao colaborador.

3.20. O serviço realizado aos sábados será acrescido o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor acordado, aos domingos e feriados, serão em dobro dos valores pactuados em contrato, devendo a CONTRATADA repassar o correspondente ao colaborador.

3.21. Poderá ocorrer mais de um evento simultaneamente, devendo a CONTRATADA possuir capacidade técnica para o atendimento da demanda

CAPÍTULO IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Legendas para surdos e ensurdecidos (LSE) - DEFINIÇÃO:

4.1.1. A legendagem para surdos e ensurdecidos é a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público surdo e ensurdecido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário. (Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis, p.16).

4.1.2. De acordo com a norma ABNT NBR 15599:2008, a legenda detalhada inclui, além das falas dos personagens em cena, informações e falas de personagens em *off* (fora de cena) e a transcrição de sons não literais, desapercíveis sem o uso da audição.

4.1.3. A legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) é o sistema de transcrição para texto, dos diálogos, dos efeitos sonoros, dos sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas surdas ou com deficiência auditiva. A identificação de falantes é importante na LSE para que surdos e ensurdecidos possam distinguir quem está com a fala, sempre que na produção audiovisual houver a presença de dois ou mais falantes em cena ou fora dela.

4.1.4. A legendagem pode ocorrer em tempo real, mediante produção instantânea reproduzida simultaneamente à realização do evento audiovisual, ou gravado previamente para reprodução posterior.

4.1.5. No Brasil, utiliza-se bastante o sistema americano de legendas descritivas para televisão denominado *closed caption* (CC), também conhecido em português como “legendas ocultas”, em que o texto da legenda é exibido na fonte branca sobre o fundo preto padrão.

4.1.6. No sistema *closed caption* as legendas podem ser produzidas por estenotipia, reconhecimento de voz, ou outro método que permita transformar o mais rápido possível as falas, os sons e os efeitos sonoros em texto.

Requisitos:

4.1.7. Os parâmetros de ordem técnica, linguística e tradutória para a produção de legenda para surdos e ensurdecidos deve adotar, como recomendação, os requisitos básicos definidos no Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis, que está em conformidade com a norma técnica ABNT NBR 15290:2016.

a) **Número de linhas e de caracteres:** devem ser utilizadas no máximo duas linhas com, no máximo, 37 caracteres cada uma. Essa medida, de origem europeia, é chamada regra dos seis segundos e é bastante usada por empresas de legendagem de vários países.

Embora o sistema de *closed caption* possibilite a exibição de uma legenda em mais de duas linhas, recomenda-se não ultrapassar a medida da regra dos seis segundos para LSE, pois isso poderia dificultar o movimento de deflexão que faz com que o espectador harmonize a leitura das legendas com a visualização das imagens. Exibir legendas com mais de duas linhas prejudicaria essa harmonização que lhe permite assistir confortavelmente a uma produção audiovisual por completo.

b) **Velocidade de leitura:** para uma boa recepção, é preciso que a velocidade de leitura de uma legenda seja compatível com a velocidade da fala que ela traduz. De acordo com a regra dos seis segundos, existem três velocidades que possibilitam que um espectador assista confortavelmente a uma produção audiovisual: 145, 160 ou 180 palavras por minuto (ppm), medidas que podem ser transformadas em caracteres por segundo para ajustá-las à tarefa do tradutor para legendas, também chamado de legendista.

Todas as vezes em que a velocidade da fala for maior do que 180 ppm, deverá ser editada para que o espectador consiga mover os olhos da legenda para a imagem confortavelmente e possa acompanhar toda a produção audiovisual.

c) **Formato da legenda:** as legendas podem ser apresentadas em três formatos:

c1) **Retângulo:** é exibido o mesmo ou quase o mesmo número de caracteres para as duas linhas, apresentando um formato semelhante ao de um retângulo, com as duas linhas do mesmo tamanho ou de tamanhos próximos;

c2) **Pirâmide:** são exibidos mais caracteres na linha inferior, que se mostra maior que superior, apresentando um formato que lembra uma pirâmide;

c3) **Pirâmide invertida:** são exibidos mais caracteres na linha superior, que se mostra maior que a inferior, apresentando um formato que lembra uma pirâmide invertida.

d) **Marcação (início e final das legendas):** A marcação de uma legendagem consiste na determinação dos tempos de entrada e saída de uma legenda. Uma boa marcação de legenda acontece quando se consegue obter o exato sincronismo entre as falas e as legendas. Essa sincronização pode ser realizada com o auxílio de um cronômetro, conhecido como TCR (*Time Code Reader*) ou por meio de software livre de legendagem.

e) **Duração:** uma legenda deve ter uma duração compatível com a velocidade de leitura do espectador, permitindo que tenha tempo suficiente de ler. Estudos mostram que uma legenda não pode durar menos do que um segundo e não mais do que seis segundos. Aqui no Brasil, usa-se comumente legendas com duração de até quatro segundos.

f) **Convenções:** Como qualquer texto escrito, a legendagem apresenta uma série de convenções lexicais, sintáticas e tipográficas. Algumas dessas convenções se assemelham às de qualquer texto escrito e outras são características da legendagem:

f.1) **Pontuação:** alguns sinais de pontuação têm uso idêntico ao uso no texto convencional, tais como vírgula, dois pontos, interrogação e aspas. Outros sinais de pontuação têm uso diferente na legendagem. Por exemplo: o ponto-final indica que não há continuação naquela legenda; o travessão é usado em diálogos, mas sem espaço entre o sinal e a palavra que se segue; os três pontos indicam hesitação, dentre outros.

f.2.) **Sinais tipográficos:** alguns sinais tipográficos também são usados como convenções na legendagem. O título da produção audiovisual e as informações diegéticas (conjunto de elementos que caracterizam e integram a narrativa) são legendados em letras maiúsculas. O itálico é utilizado para legendar vozes vindas de dispositivos como computador, TV, rádio, telefone, alto-falante etc. A legenda inteira também aparece em itálico para traduzir letras de canções ou vozes em *off*, ou seja, aquelas cujo falante não pode ser visualizado em cena. Na LSE produzida no Brasil, usa-se colchetes para informações adicionais, indicação de falante e efeito sonoro.

g) **Posição da legenda na tela:** a legenda normalmente ocupa a parte inferior da tela e fica em posição centralizada, pois assim ocupa menos espaço e facilita a movimentação ocular do espectador para visualização da legenda e da imagem. Em algumas situações, elas são colocadas na parte superior da tela, geralmente quando aparecem créditos da produção audiovisual ou quando o fundo está muito claro e pode dificultar a visualização.

4.1.8. Respeitados os parâmetros técnicos descritos acima, deverão ser observados também os parâmetros linguísticos. O legendista deverá fazer as devidas edições linguísticas que possibilitem ao espectador harmonizar imagens e legendas. As edições linguísticas são manipulações no texto audiovisual, relacionadas à segmentação da fala em blocos semânticos, à redução da informação textual e à explicitação de informações sonoras, aquelas depreendidas pelo canal auditivo, como os efeitos sonoros e a identificação de falantes. (Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis, p.48).

4.1.9. Por fim, para elaboração de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE), o legendista deverá adotar parâmetros tradutórios para a adequada distribuição do texto audiovisual em legendas, a partir da operacionalização dos parâmetros técnicos e linguísticos, ressaltando-se a importância de harmonizar todos os parâmetros da LSE (técnicos, linguísticos e tradutórios), para melhor recepção das legendas e maior aproveitamento da produção audiovisual pelo público espectador.

Confecção de legendas

4.1.10. As legendas ocultas ou *closed caption* são confeccionadas comumente por métodos como a estenotipia ou por reconhecimento de voz.

4.1.11. Estenotipia é um processo de digitação de alta velocidade por meio de um teclado especial, com menos teclas, que registra letras e grupos de fonemas com menos toques que um teclado convencional. É considerada um método bastante confiável por garantir alto índice de acerto na grafia das palavras em legendas ocultas. De acordo a ABNT NBR 15290:2016, a produção de legenda em tempo real pelo sistema *closed caption* requer no mínimo 98% de acerto na grafia das palavras.

4.1.12. Reconhecimento de voz é um processo no qual um programa interpreta vozes e produz o texto das legendas simultaneamente e ao vivo. O programa não reconhece as vozes dos próprios locutores, mas sim uma voz que tenha sido previamente calibrada, sendo necessário um profissional para repetir aquilo que está sendo dito.

4.1.13. Nas gravações ao vivo, tanto o estenótipo quanto o programa de reconhecimento de voz são ligados diretamente à ilha de edição e a transmissão das legendas é *online*, feita em tempo real pelo sinal de TV, por isso pode ocorrer falhas de sincronismo entre as legendas e as falas, bem como falhas no texto.

4.1.14. Para a programação pré-gravada para TV, as legendas podem ser feitas previamente (*offline*) e, em seguida, é possível inserir o sinal dessas legendas diretamente na mídia. Isso significa que, sempre que o programa for reexibido, as legendas serão reproduzidas.

4.1.15. As legendas para internet são confeccionadas do mesmo modo das produções para cinema, em geral a partir de um programa editor de legendas que permite as etapas de marcação, tradução e pré-visualização. Como exemplo, pode-se citar, dentre outros, o programa *Subtitle Workshop 6.0b* (SW), que é um *software* livre muito usado por legendistas e por empresas legendadoras no Brasil.

Modo de exibição das legendas

4.1.16. O modo de exibição das legendas varia de acordo com o tipo de mídia (cinema, TV, DVD e outras mídias, como a internet), que por sua vez determina o formato e a extensão das legendas e os recursos computacionais específicos que são necessários.

4.1.17. Quanto ao modo de exibição, podem ser:

- a) **legendas eletrônicas:** são projetadas em tempo real;
- b) **legendas digitais:** usadas em projeção digital, em sincronia com o vídeo.

4.1.17. A projeção das legendas eletrônicas pode ser feita a partir de um projetor exclusivo para o lançamento das legendas, ou por outro dispositivo que seja capaz de exibir as legendas em tempo real, como a cortina de LED, por exemplo, que deve ser ligada a um computador contendo as legendas.

4.1.18. Para que as legendas sejam simultâneas às falas, é necessária a presença de um profissional marcador ou lançador, que deve ficar atento ao momento de “lançar” cada legenda. A elaboração dessas legendas segue os mesmos parâmetros técnicos e linguísticos da legenda da TV. São confeccionadas em programas de legendagem, mas precisam ser coladas, uma a uma, em lâminas de apresentação (*slides*) para que sejam lançadas individual e manualmente.

4.1.19. Atualmente, a projeção digital é o modo vigente e mais usado, no qual as legendas são sincronizadas ao vídeo a partir de um programa reprodutor de mídia. O processo dispensa a gravação das legendas no vídeo. Os arquivos de vídeo e de legenda são abertos no programa reprodutor de mídia, que sincroniza os arquivos e já apresenta o vídeo legendado. Geralmente, esses programas permitem configurar a legenda de acordo com formato, tamanho, cor e fonte desejados.

4.1.20. A inserção das legendas em outras mídias, como é o caso da internet, pode ser feita de dois modos, sendo necessário partir de um arquivo digital com marcações de tempos inicial e final para ambos os modos. São eles:

- a) por gravação definitiva das legendas no vídeo: são utilizados programas que disponham de ferramentas de edição e de ajustes de vídeo que permitam a inserção de legendas. Após inseridas por gravação definitiva, não é possível ao usuário espectador desabilitar a legenda no vídeo.
- b) por sistema de *closed caption*: nesse modo de exibição, as legendas são projetadas em um fundo preto padrão e a fonte do texto é branca, e podem ser habilitadas ou não, a critério do usuário espectador, assim nas legendas para TV.

4.2. Legenda para Surdos e Ensurdecidos (LSE) - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.2.1. O serviço de Legenda para Surdos e Ensurdecidos (LSE) será realizado em manifestações públicas da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul, tais como propagandas institucionais, vídeos e publicações na internet: sítio eletrônico, canal no *YouTube* e redes sociais do TRE-MS.

4.2.2. O serviço poderá ser prestado nas seguintes modalidades de eventos:

- a) **Eventos não presenciais transmitidos ao vivo:** para transmissão ao vivo pelos canais do TRE-MS na internet (*YouTube* e/ou redes sociais);
- b) **Eventos gravados previamente:** eventos e propagandas institucionais, vídeos para transmissão posterior, mediante divulgação e publicação na internet (sítio eletrônico, canal do *YouTube* e redes sociais do TRE-MS).

4.2.3. O índice de acertos mínimos requerido é de:

- a) Ao vivo, o texto das legendas deve ter no mínimo 98% de acerto ou
- b) Gravado previamente, o texto das legendas deve ter 100% de acertos.

4.2.4. A equipe de produção da CONTRATADA deverá fazer a aplicação da legenda no vídeo, sem alterar seu fluxo de produção tradicional, conforme as etapas seguintes:

- 4.2.4.1 O vídeo é enviado para a CONTRATADA em alta resolução via internet ou mídia física, em formato MOV, AVI, MXF, etc.
- 4.2.4.2. Com a matriz, a CONTRATADA elabora a legenda, sincroniza e edita o material e exporta os vídeos com a legenda no mesmo formato e qualidade que o vídeo foi enviado.

4.3. Audiodescrição (AD) - DEFINIÇÃO:

4.3.1. A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que visa a tornar uma produção audiovisual acessível às pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma modalidade de tradução audiovisual realizada por meio de locução adicional roteirizada que descreve as imagens,

as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação e as demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.

4.3.2. A ABNT NBR 16452:2016 apresenta as seguintes definições relevantes para este estudo:

3.3 *audiodescrição*

recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão.

3.4 *audiodescritor consultor*

profissional que realiza a revisão e adequação do roteiro e da narração da audiodescrição com formação técnica adequada. Convém que seja um profissional com deficiência visual.

3.5 *audiodescritor narrador*

profissional que realiza a narração do roteiro da audiodescrição.

3.6 *audiodescritor roteirista*

profissional que elabora o roteiro da audiodescrição, com formação técnica adequada.

(...)

3.13 *unidade descritiva*

composição com informações para o narrador da audiodescrição. Contém o texto a ser narrado e o seu ponto de inserção indicado com marcação, seja time code in (tc in), time code out (tc out), ou equivalente.

4.3.3. A audiodescrição (AD) não exclui o oferecimento de outros recursos de acessibilidade na comunicação, destinados a pessoas com deficiência visual, tais como maquetes táteis, exploração tátil, materiais impressos em braile ou em caracteres ampliados.

Requisitos técnicos

4.3.4. Recomenda-se adotar as diretrizes para elaboração da audiodescrição definidas na Seção 5 da norma técnica ABNT NBR 16452:2016. A seguir, serão destacados os requisitos gerais estabelecidos na citada norma técnica:

4.3.4.1. **Atribuições do audiodescritor:**

- a) pesquisar e analisar previamente o assunto a ser audiodescrito;
- b) adequar a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas à obra e pertinentes à audiodescrição;
- c) elaborar a nota introdutória;
- d) elaborar o roteiro.

4.3.4.2. **Notas Introdutórias:** devem ser lidas antes de qualquer evento, incluindo descrições que, por falta de tempo hábil, não possam ser fornecidas no decorrer do evento. As notas introdutórias devem conter:

- a) descrição do ambiente e da localização de recursos e serviços disponíveis;
- b) detalhamento e complementação dos procedimentos de segurança para situações de emergência;
- c) breve explicação sobre o processo e a relevância da audiodescrição;
- d) créditos e patrocinadores;
- e) características físicas dos participantes, papéis que desempenham, vestimentas, quaisquer gestos ou maneirismos que usem repetidamente durante o evento;
- f) descrição da audiência, bem como registro de presença de autoridades, pessoas famosas e conhecidas da comunidade;
- g) definição de estilos e terminologias usados no evento.

4.3.4.3. **Roteiro da audiodescrição:** é formado por unidades descritivas que são introduzidas em momentos especificados da produção audiovisual e devem conter os seguintes elementos: tempos iniciais e finais das inserções da AD, as "deixas", ou seja, a última fala antes de entrar a AD, e as rubricas, que consistem nas instruções para a narração da AD.

4.3.4.4. Os roteiros de audiodescrição são elaborados pelo audiodescritor roteirista sendo recomendada a posterior avaliação por um audiodescritor consultor. Como nem sempre o audiodescritor roteirista será o audiodescritor narrador, os elementos descritos no parágrafo anterior são importantes para auxiliar na gravação da voz e dar à narração o teor adequado a cada ação, cena ou momento da produção audiovisual.

4.3.4.5. Convém que seja aplicada a regra espaço-temporal na elaboração dos roteiros de audiodescrição, de modo a privilegiar os seguintes elementos: o que, quem, como, onde, quando, não necessariamente nessa ordem. Desse modo, são incluídas as descrições da ação (cena), dos participantes da ação (personagens), dos gestos, das expressões, do ambiente (cenário), do enquadramento da ação e demais informações contidas nas imagens, a fim de que a produção audiovisual possa ser amplamente percebida e compreendida por pessoas com deficiência visual.

4.3.4.6. No roteiro da audiodescrição, deve-se ainda atentar para as seguintes recomendações:

- a) **Subtítulos e outros:** devem ser incluídas informações trazidas por subtítulos, letreiros, avisos e títulos de crédito, priorizando os conteúdos e inserindo essas informações no tempo de silêncio disponível;
- b) **Redação:** o roteiro deve ser redigido com coerência, coesão, fluidez, sintaxe objetiva, orações com sentido completo e tempo verbal no presente do indicativo, evitando-se usar os gerundismos, regionalismos, cacofonias, gírias, redundâncias, vícios de linguagem e palavras com sentido dúbio;
- c) **Informação e linguagem utilizadas:** devem estar de acordo com o gênero da obra ou do evento, a faixa etária e as necessidades do público-alvo;
- d) **Legendas:** quando houver legendas, a leitura deve ser no idioma grafado;
- e) **Descrição de imagens:** A descrição de imagens deve ser feita ao tempo de silêncio disponível, podendo se sobrepor às falas somente quando imprescindível para a compreensão da informação visual. Devem ser respeitadas as informações trazidas pela imagem, evitando-se

a censura e o excesso de dados.

f) Descrição de sons: Deve ser evitada a descrição de sons óbvios que possam ser facilmente deduzidos pelo espectador com deficiência visual.

4.3.4.7. Quando se tratar de filmes e vídeos, a elaboração de roteiros de audiodescrição, além de cumprir os requisitos gerais já apresentados, deverá considerar os seguintes aspectos:

a) Gravação e edição: a gravação e a edição da audiodescrição devem seguir o roteiro;

b) Planos e enquadramentos: sempre que for relevante para a compreensão da cena, devem ser descritos os planos, enquadramentos e movimentos da câmera;

c) Volume da audiodescrição e do som original: os volumes da audiodescrição e do áudio original devem estar equalizados de modo que ambos sejam apreendidos e compreendidos pelos espectadores com deficiência visual.

4.3.4.8. **Caracterização dos personagens**: para a audiodescrição de um evento ou produção audiovisual, a caracterização dos personagens, oradores e outras pessoas envolvidas devem considerar os seguintes requisitos:

a) Identificação do personagem ou orador: um personagem deve ser identificado primeiramente por uma característica associada a um adjetivo ou um substantivo, seguida de sua identificação nominal. Após a associação da característica ao nome revelado, tal personagem para a ser identificado pelo nome.

b) Aparência física: a descrição da aparência física de um personagem deve obedecer a seguinte sequência: gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, olhos, cabelos e demais características marcantes.

c) Vestimenta: na descrição da vestimenta de um personagem, é recomendável iniciar pelas peças maiores e pela parte superior. A fim de facilitar a localização de um personagem por pessoas com baixa visão, deve ser destacada uma parte da vestimenta, um acessório ou uma cor predominante que sobressaia visualmente.

d) Gestos e maneirismos: ao narrar uma ação, gesto ou maneirismo de um personagem, é recomendável que sejam utilizados verbos descritivos.

Requisitos específicos para audiodescrição em eventos acadêmicos

4.3.5. Considerar-se-ão eventos acadêmicos no âmbito da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul: seminários, congressos, palestras, oficinas, aulas, simpósios, colóquios, painéis, ciclos de debates, audiências públicas e outros eventos que tenham a participação de público externo e que abordem temáticas de bases acadêmicas, tais como Direito e Processo Eleitoral, além de temas ligados à cidadania e à educação política.

4.3.6. Para garantir a qualidade da audiodescrição, os responsáveis pelo evento e os gestores do espaço onde o evento será realizado devem fornecer todas as informações necessárias e solicitadas pelo audiodescritor (apresentação, pauta, palestrantes).

4.3.7. O audiodescritor deve informar à recepção do evento, ao mestre de cerimônias, professores, palestrantes e demais envolvidas, que o evento é audiodescrito.

4.3.8. Na elaboração do roteiro da audiodescrição para um evento acadêmico, o audiodescritor roteirista deverá realizar pesquisa preliminar para obter:

a) informações gerais: sobre o tema do evento, os palestrantes e as terminologias específicas, bem como conhecimento sobre os recursos de tecnologia assistiva necessários e a descrição adequada das logomarcas;

b) informações preliminares: sobre as apresentações e os vídeos que serão exibidos.

4.3.9. Na abertura do evento, o público deve ser informado da disponibilidade e da ocorrência audiodescrição. Durante o evento, a audiodescrição deve ser utilizada para:

a) breve caracterização dos palestrantes e participantes e sua posição no palco;

b) descrição breve e sumarizada de imagens projetadas (fotografias, desenhos, gráficos, diagramas, tabelas e outras), complementando a fala do palestrante;

c) descrição de vídeos;

d) leitura de títulos, subtítulos e tópicos relevantes, desde que não interfira na fala do palestrante;

e) descrição de movimentação ou intercorrência que chame a atenção da plateia, chegada ou saída dos palestrantes;

f) descrição de qualquer intercorrência que o interrompa o evento.

4.3.10. Caso o evento inclua uma visita ao cenário ou exposição de objetos, a audiodescrição deve guiar a exploração tátil. Se o objeto não puder ser tocado, as suas características devem ser audiodescritas, como materiais, dimensões, formatos, cores e texturas.

4.3.11. Nas produções audiovisuais para educação à distância (EaD), todas as informações textuais devem ser gravadas para a audiodescrição de videoaulas.

4.3.12. Nas publicações em formato digital, tais como audiolivros e outros documentos digitais disponibilizados ao público em geral, além das informações textuais, deve-se fazer a audiodescrição das imagens, tabelas, gráficos, infográficos, ícones e logomarcas.

Narração da audiodescrição (AD)

4.3.13. O audiodescritor narrador deve analisar previamente o roteiro de audiodescrição do evento ou da produção audiovisual, para realizar a narração segundo o roteiro:

a) a narração ao vivo deve ser feita com visão privilegiada da cena;

b) a narração gravada de vídeos deve ser acompanhada da sua exibição.

4.3.14. exercício de sua atividade, o audiodescritor narrador deve considerar:

a) Fidelidade ao roteiro: o audiodescritor narrador deve ser fiel ao roteiro, quanto aos pontos de inserção das unidades descritivas, bem como ao seu conteúdo;

b) Inserções eventuais de audiodescrição: em eventos ao vivo, sempre que a informação for relevante para a compreensão plena da situação, o audiodescritor narrador deve estar preparado para eventuais inserções de audiodescrição, referentes a ações ou falas não previstas pelo roteiro original;

- c) Tom da voz na narração: as narrações devem ter dicção clara e a entonação deve respeitar a dinâmica e o gênero da obra evitando tornar-se monocórdica ou demasiadamente expressiva;
- d) Predominância de gênero dos personagens: na narração com predominância de personagens femininos é recomendável usar uma voz masculina e vice-versa;
- e) Voz sintetizada: O uso de voz sintetizada somente é permitido quando comprovada a impossibilidade de haver um audiodescritor narrador para executar o trabalho, sendo restrita apenas à leitura de textos informativos (não literários ou artísticos).

4.4. **Audiodescrição (AD) - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.4.1. O serviço de audiodescrição (AD) será realizado nas manifestações públicas da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul, tais como propagandas institucionais, vídeos, fotos, imagens dinâmicas e estáticas, e publicações na internet: sítio eletrônico, canal no *YouTube* e redes sociais do TRE-MS.

4.4.2. O serviço poderá ser prestado nas seguintes modalidades de eventos:

- a) Eventos transmitidos ao vivo: com prestação de serviço não-presencial e simultânea para transmissão ao vivo pelos canais do TRE-MS na internet (canal no *YouTube* e/ou redes sociais);
- b) Eventos gravados previamente: eventos e propagandas institucionais, vídeos, fotos, imagens dinâmicas e estáticas, gravados em vídeo, para transmissão posterior, mediante divulgação e publicação na internet (sítio eletrônico, canal no *YouTube* e redes sociais do TRE-MS).

4.4.3. A equipe de produção da CONTRATADA deverá inserir a audiodescrição, sem alterar seu fluxo de produção tradicional, conforme as etapas seguintes:

4.4.3.1 O vídeo é enviado para a CONTRATADA em alta resolução via internet ou mídia física, em formato MOV, AVI, MXF, etc.

4.4.3.2. Com a matriz, a CONTRATADA grava o audiodescritor, sincroniza e edita o material e exporta os vídeos com a audiodescrição no mesmo formato e qualidade que o vídeo foi enviado.

4.4.4. Deverá ser fornecida pela CONTRATADA toda a infraestrutura, do ponto de vista técnico e logístico, bem como equipamentos específicos e softwares necessários à produção do serviço de audiodescrição.

4.4.5. Para a prestação de serviço de audiodescrição nas modalidades especificadas acima, o TRE-MS se encarrega de enviar o material audiovisual a ser audiodescrito para a empresa ou profissional contratado, que deverá realizar a audiodescrição por meios compatíveis aos aplicativos e *software* baixados livremente pelos usuários em seus dispositivos móveis e computadores pessoais.

4.4.5. A descrição deve ser clara e objetiva, abordando todas as informações visuais importantes, incluindo: imagens em telões e slides de apresentações, movimentações, gestos, expressões faciais e corporais que expressem comunicação, informações sobre o ambiente, configuração do espaço, objetos e efeitos especiais, leitura de textos, créditos, títulos, além de qualquer informação escrita em tela ou em suportes da apresentação.

CAPÍTULO V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A contratada deverá comprovar a experiência dos profissionais que atuarão com a Legendação para surdos e ensurdecidos, mediante documentos que demonstrem:

5.1.1. Experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade, por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas.

5.1.2 Capacitação, mediante apresentação de diploma de curso superior completo em Letras, Linguística ou Pedagogia.

5.2. A contratada deverá comprovar a experiência profissional dos profissionais que atuarão com a Audiodescrição, mediante documentos que demonstrem:

5.2.1. Experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade, por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas.

5.2.2 Capacitação, mediante apresentação de diploma de curso superior completo em Letras, Linguística ou Pedagogia e certificados de curso de audiodescrição de, pelo menos, 120 horas.

5.3. A empresa contratada enviará, quando da assinatura do contrato, por e-mail, relação contendo nome, RG e CPF dos profissionais que colocará a disposição do TRE/MS, comprovando sua formação profissional, mediante apresentação de documentação que tratam as Cláusulas 5.1 e 5.2 e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Anexo III).

CAPÍTULO VI - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que os serviços tenham sido prestados de forma regular e satisfatória em qualidade, eficiência e eficácia, mantendo-se o interesse por parte da Administração do Tribunal, devendo ainda o contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração e a contratada, igualmente, manifeste interesse expresso.

CAPÍTULO VII - DA NOTA FISCAL

7.1. O pagamento do objeto desta contratação será feito mensalmente, compreendendo os serviços prestados no mês imediatamente anterior, nos seguintes termos:

7.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços prestados e do valor correspondente.

7.1.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.24/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.2. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento ficará pendente para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

7.3. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

7.4. A nota fiscal deverá ser encaminhada à Fiscalização Central do contrato, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de modo a viabilizar o início do processo de pagamento.

CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Anexo, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.

8.2. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) o fiscal fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o atesto da Nota Fiscal/Fatura e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e documentação anexa proveniente da fiscalização.

8.3. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

8.4. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

8.5. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e

a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8.7. O TRE/MS reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o serviço prestado não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

CAPÍTULO IX - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativas à prestação dos serviços ficarão a cargo dos servidores designados para este fim.

9.2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

9.3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) emitir Ordens de Serviços à contratada com as informações constantes nas Cláusulas 3.9.1 e 3.9.2, encaminhando à Contratada por meio eletrônico.

b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;

c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;

e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO X - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas estão disciplinadas na minuta do contrato (Anexo II).

CAPÍTULO XI. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MS

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista em lei, providenciando a notificação da CONTRATADA por escrito sobre qualquer irregularidade constatada.

11.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

11.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que solicitarem os empregados da CONTRATADA para execução dos serviços.

11.4. Ordenar a imediata retirada do local e ainda a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, quando não justificado, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente.

11.5. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados conforme prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

11.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

11.7. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais e em conformidade aos procedimentos estabelecidos em norma(s) regulamentadora(s) do CONTRATANTE sobre o tema.

11.8. Realizar reunião com representantes da CONTRATADA antes do início da prestação dos serviços para tratar das peculiaridades do contrato.

1.26) Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

CAPÍTULO XII DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços, no Termo Contratual e na Nota de Empenho, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

12.2. Indicar à fiscalização relação dos nomes dos profissionais que colocará à disposição do TRE/MS, comprovando sua formação profissional, mediante apresentação de documentação que tratam as Cláusulas 5.1 e 5.2 e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Anexo III), quando da assinatura do contrato.

12.3. Em caso de substituição do(s) profissional(is) indicado(s), a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio eletrônico, relação contendo os dados dos profissionais que serão colocados à disposição do TRE/MS, juntamente com a comprovação da qualificação e cada profissional, nos termos do exigido neste Termo de Referência e Edital.

12.4. Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial, pela honestidade e discrição, pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional, pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem e pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

12.5. Indicar/nomear, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, uma pessoa para atuar como PREPOSTO, para efetuar atendimentos aos profissionais alocados para a prestação dos serviços e que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações da CONTRATANTE.

12.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas do TRE/MS e fornecer todas as informações solicitadas pela contratante.

12.8. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE a qualificação exigida aos profissionais para prestação dos serviços.

12.9. Assumir, com exclusividade, as obrigações pecuniárias, trabalhistas e previdenciárias advindas da prestação dos serviços.

12.10. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar profissionais habilitados para a prestação dos serviços, observando os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

12.11. Registrar e controlar, a pontualidade e/ou cumprimento de prazos de seus empregados nos eventos/serviços, conforme definido neste Termo de Referência e anexos.

12.12. Manter o serviço contratado sem interrupção, assumindo responsabilidade na falta de pessoal e respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários.

12.13. Quando solicitado pelo CONTRATANTE deverá haver a substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de quaisquer empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse do serviço público, vedado o retorno à escala de serviço, mesmo que para substituições temporárias de seus funcionários.

12.14. Assumir inteira responsabilidade por danos, desvios causados ao patrimônio do TRE/MS ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados e prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

12.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido, conforme Anexo IV - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E DIREITOS À CONTRATANTE.

12.16. Sempre que aplicável, a CONTRATADA executará os serviços com base na norma técnica NBR 15.290:2016 da ABNT e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

12.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, bem como as supressões que se fizerem necessárias, qualquer que seja o percentual a ser suprimido, implicando a simples participação no certame na anuência da empresa quanto a essas condições.

12.18. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

12.19. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

12.20. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

12.21. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

12.22. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

12.23. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação do serviço, na forma disposta neste Termo de Referência.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1276150** e o código CRC **F0C46AEC**.